



## Defender os Dhescas é defender a democracia

Nos últimos anos a efetivação dos direitos humanos no Brasil foi fortemente prejudicada por um projeto de governo que se colocou, por discursos, atos e omissões, em oposição aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais - os Dhescas. A demanda concreta e permanente por esses direitos sofre violações sistemáticas por parte do Estado, por vezes sendo este o próprio agente violador, por outras a partir da drástica diminuição das suas obrigações na promoção de políticas sociais ou pela afirmação de posições conservadoras de ataque aos direitos humanos.

Instrumentos de luta por uma sociedade mais justa, os direitos humanos devem ser universais, indivisíveis e interdependentes, estritamente articulados à democracia. Se entende por democracia a criação de condições de participação ampla e direta no exercício do poder, com respeito à diversidade social e de promoção de relações interpessoais livres e igualitárias. Com esse manifesto, as organizações que compõem a **Plataforma Dhesca Brasil\*** vem reafirmar seu compromisso em favor da vida individual e coletiva, com dignidade, equidade, cidadania e participação, condições que devem estar garantidas por um Estado democrático de direito e pelas pessoas eleitas no exercício dessa democracia, sobretudo em um contexto de graves ameaças.

Sendo assim, nos posicionamos contra:

- 1) o desmonte dos espaços de participação social, seja pelo esvaziamento do orçamento ou, pela sua extinção por meio do decreto nº 9.759/2019, que inviabilizou a articulação de espaços fundamentais de garantia da democracia. Uma pesquisa publicada pelo Cebrap em 2021 revelou que 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados no governo Bolsonaro.

---

★ A *Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil*, rede composta por 49 organizações e articulações da sociedade civil constituída em 2002 com o objetivo de reafirmar que todas as pessoas são sujeitas de direitos, de desenvolver ações de promoção e defesa dos direitos humanos, incidir em prol da reparação de violações e no fortalecimento e atuação da sociedade civil brasileira em prol de justiça socioambiental, da democracia e dos direitos humanos e da superação do racismo, do sexismo e de outras discriminações e desigualdades que impactam estruturalmente a realidade brasileira.

- 2) as violências deliberadas e autorizadas contra defensoras e defensores de direitos humanos, que tornam o Brasil um dos países mais perigosos para quem levanta sua voz em favor dos direitos, sobretudo os da população negra. Como a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, mulher negra, lésbica e periférica, cujo brutal assassinato aguarda conclusão há 4 anos, e de tantas outras pessoas negras que continuam sendo alvo do racismo, da violência policial e da política brasileira de extermínio. Como o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, executados em junho no Vale do Javari (AM). As falas públicas sobre “passar a boiada”, “foiçada no pescoço da Funai”, “nem um centímetro de terra demarcada” e “quilombolas pesados em arrobos” expressam a lógica estatal perversa que tem criminalizado as vítimas dessa violência e desqualificado suas lutas. Neste conjunto, repudiamos e denunciaremos também a violência contra comunicadores e os atentados contra a liberdade de imprensa que aumentaram vertiginosamente após a chegada de Bolsonaro ao poder e atingem principalmente jornalistas mulheres e LGBTQIAP+.
- 3) o projeto do governo federal, apoiado por um Legislativo conivente, de facilitar a circulação de armas no país prometendo maior segurança e liberdade. No cotidiano, ao contrário, vivemos o medo, a insegurança, o aumento de feminicídios e violência doméstica, além do aumento de acidentes domésticos causados por essas armas.
- 4) a utilização equivocada, quando não corrupta, dos recursos que deveriam ser destinados às áreas sociais, sobretudo na saúde e educação públicas, ambas sob os efeitos ainda incalculáveis, mas devastadores, da pandemia da covid-19. O Sistema Único de Saúde (SUS) e a educação devem ser consideradas prioridades urgentes da sociedade brasileira.
- 5) o ódio e o racismo religioso, que não se manifestam apenas no discurso camuflado sob fanatismo religioso, mas também no incentivo nem sempre velado a uma intolerância que se traduz em agressões e mortes. O racismo estrutural promove agressões diárias a pessoas negras, destrói os espaços religiosos de matriz africana país adentro e exterminou jovens negros sob o pretexto de uma forjada guerra às drogas, como denuncia o relator da ONU para os direitos à reunião pacífica e liberdade de associação;
- 6) a violência da LGBTfobia, que já assassinou mais de uma centena de pessoas homossexuais, transsexuais e travestis apenas em 2022;
- 7) a ausência de ações de distribuição de renda e em defesa da soberania alimentar por meio do Estado Brasileiro sob liderança de Jair Bolsonaro

que retornaram o país ao mapa da fome, com 33 milhões de pessoas nessa condição, em sua maioria mulheres negras. Situação que não irá se reverter sem a revogação imediata da Emenda Constitucional 95, considerada pelos relatores especiais da Organização das Nações Unidas (ONU), a medida mais drástica do planeta contra os direitos sociais e que tem ampliado a concentração de renda e agravamento das abissais desigualdades brasileiras;

- 8) as recentes e reiteradas ameaças ao processo eleitoral de 2022 oriundas inclusive do chefe do poder Executivo e presente também no discurso de empresários golpistas que prometem contestar o resultado e a confiabilidade das urnas eletrônicas;
- 9) a produção e difusão deliberada de desinformação que contamina o debate público, violando os direitos ao acesso à informação e à liberdade de expressão da população brasileira. As violações ao direito ao acesso à informação e ao direito à comunicação, explícitas na falta de investimento público na garantia da universalização do acesso à Internet;

Este posicionamento é consequência linear da defesa dos Dhescas, direitos que reúnem e que permitem às organizações abaixo-assinadas conceber um ideal atingível de Democracia. Como demonstrado, a atual gestão do governo federal é incompatível com estes princípios, o que nos impele a aderir ao grito “Fora Bolsonaro” que ecoou entre as janelas dos centros urbanos nos dias mais tristes da pandemia e que permanece ressoando entre coletivos culturais e populares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil organizada.

Com este posicionamento nos levantamos, outra vez mais, contra as inaceitáveis violações destacadas, a respeito das quais já foram acionados órgãos nacionais responsáveis pela fiscalização do poder Executivo, como o Congresso Nacional e a Procuradoria Geral da República, e – diante da conivência destes – os órgãos internacionais, notadamente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para que a população possa exercer seu direito ao voto, arduamente conquistado, de forma segura e confiável, e o Tribunal Penal Internacional, para que a prevaricação e a sabotagem daqueles que deveriam ser responsáveis pelo cuidado da saúde no país sejam devidamente julgados. Que, superado este período de intenso retrocesso, os responsáveis pelas violações sistemáticas aos direitos humanos e socioambientais sejam responsabilizados, que haja reparação às vítimas e que tais situações nunca mais se repitam.